

GUIMARÃES, HÉLIO DE SEIXAS. MACHADO DE ASSIS, O ESCRITOR QUE NOS LÊ. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

Benito Petraglia¹

Resumo: Este texto é uma resenha do livro *Machado de Assis, o escritor que nos lê*, de Hélio Guimarães, e procura mostrar a propriedade com que o autor organizou a fortuna crítica de nosso maior escritor.

Palavras-chave: Machado de Assis; resenha; crítica.

Qual a maneira prática de reconhecer um grande escritor? Maneira prática, isto é, sem que tenhamos de nos perder nos labirintos das teorias, de nos engalfinhar em disputas e polêmicas, enfim, sem que tenhamos de cair – que é para onde uma escolha assim fatalmente nos leva – em preferências pessoais. Em suma, maneira prática, simples e objetiva.

Sem tergiversar, respondo: pelo tamanho e contínuo incremento de sua fortuna crítica. A tal ponto que o nome se converte em adjetivo: estudos machadianos, estudos rosianos.

E como reconhecer “o” grande escritor, o sumo do sumo? De novo respondo sem tergiversar: pela crítica de sua fortuna crítica; a própria fortuna crítica é o foco da análise. Desse segundo escrutínio, resta, sobranceiro e único, Machado de Assis.

Não, é injusto que me acusem de faccioso. Longe de mim estabelecer qualquer rivalidade entre Machado de Assis e João Guimarães Rosa e, por tabela, entre seus adoradores. Mesmo porque se levantariam os adeptos

¹ Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-doutorado concluído no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários: <benitop@id.uff.br>.

de Clarice, de Graciliano, de João Cabral, de Drummond... Seria uma convulsão na República das Letras.

É uma evidência matematicamente constatável. Aliás, creio que o primeiro filtro – o tamanho da fortuna crítica – já decidiria a questão. Não deve ser difícil comprovar que a de Machado seria mais ampla e renovada com mais frequência.

Mais uma vez ouço vozes contestadoras. Aplicar números em literatura seria voltar às superadas matrizes estruturalistas com seus esquemas e gráficos. O mesmo critério usado por mim seria um artifício malandro. Uma falsa isenção para esconder meu sectarismo.

Desisto. Acho que não fui feliz. Asseguro-lhes, no entanto, que meu intuito estava destituído de qualquer proselitismo ou motivação sub-reptícia. Era apenas compor um ingênuo introito para a resenha do livro *Machado de Assis, o escritor que nos lê* (2017), de Hélio de Seixas Guimarães.

Não é o primeiro trabalho que trata do tema. Ele mesmo menciona outros livros e artigos: “A fortuna de Machado”, de Otto Maria Carpeaux (1954); “Esquema de Machado de Assis”, de Antonio Candido (1968); “Duas notas sobre Machado de Assis”, de Roberto Schwarz (1979); *A fortuna crítica de Machado de Assis*, de Wilson Chagas (1992).

A diferença, no entanto, entre esses estudos e a obra de Hélio Guimarães é enorme. Não me refiro, lógico, à qualidade específica das apreciações. Refiro-me à dimensão e, principalmente, à organização dos dados. O que era pouco e disperso ganhou volume e sistema. Ele arranjou a recepção da obra de Machado de Assis em quatro tópicos: “o escritor de exceção”, “o mito nacional”, “o Shakespeare brasileiro” e “em torno do autor realista”. E são eles que denominam os quatro capítulos principais do livro.

Cada um desses tópicos corresponde a uma “figura machadiana” construída pelos leitores críticos num determinado momento ao longo do tempo. É, assim, uma classificação simultaneamente sincrônica e diacrônica. O que pode estar confuso, e admito que esteja, será esclarecido no desenrolar da resenha.

O primeiro capítulo, portanto, chama-se “O escritor de exceção”. O título decorre da reação provocada pelo aparecimento de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881). É representativo dela a conhecida interrogação de Capistrano de Abreu: “As *Memórias póstumas de Brás Cubas* serão um romance?” (MACHADO, 2003, p. 129).

De fato, o livro é um corpo estranho no conjunto das narrativas que se vinham produzindo até então. Estava fora da “série histórica”, para usar uma expressão do formalismo russo; ou do “horizonte de expectativa”, se quisermos nos referir à estética da recepção. Talvez uma experiência ao mesmo tempo prática e exótica comprovasse o que seria apenas suposição. Ei-la. Se fosse dado a 30 ou 40 leitores da Quirguízia aprender português, e a seguir lhes fossem entregues três romances – *Helena*, *Senhora e Memórias póstumas* –, com a informação prévia de que dois deles haviam sido escritos pelo mesmo autor, e lhes fosse pedido, por fim, que os apontassem – caberia alguma dúvida que os indicados, pelo menos pela maioria, seriam os dois primeiros? E que a resposta seria a mesma se, em vez de *Helena*, estivesse *Ressurreição*, ou *A mão e a luva*, ou *Iaiá Garcia*?

Por isso, parece algo exagerado afirmar que “as reações produzidas pelos quatro primeiros romances [...] foram de desconcerto generalizado” (p. 24). É certo que as resenhas sobre esses romances falam de um romanesco pouco exuberante, de um autor que trabalha mais com a inteligência do que com o coração; mas daí a “desconcerto generalizado” vai, creio, uma boa distância; não chega ao estranhamento de *Memórias póstumas*.

Os críticos mais importantes desse período são Araripe Junior, José Veríssimo e Silvio Romero.

O capítulo seguinte (cap. 2 – “O mito nacional”) corresponde ao da consagração oficial do escritor. Mas, imitando o seu estilo, ela não ocorreu de modo linear, sem “desvios” ou complicações. O movimento modernista não podia ser simpático à maneira de Machado. Não havia como coadunar uma “alma hipercivilizada” com outra “alma em contínua efervescência”. Apesar de escritor “fino”, ou por isso mesmo, ele era o “menos representativo de todos”. Seria um “entrave à obra de renovação geral”. Assim, por mais duro que fosse, por mais que se o amasse, mesmo sendo um “ídolo”, era um dever “repudiá-lo”, sacrificá-lo.

As palavras ou expressões entre aspas do parágrafo anterior foram extraídas do artigo “Sobre a tradição em literatura”, escrito por um então jovem poeta mineiro que assinou como Carlos Drummond (1925, pp. 32-33). Mas ainda outras como “amasse” e “sacrificá-lo” são derivadas de “amo” e “sacrifício”.

Esse raro documento, recuperado por Hélio Guimarães, dá uma medida da trajetória sinuosa de Machado de Assis. É certo que mais tarde, já livre da cega obediência às doutrinas de escola, Drummond retoma

seu amor. Aliás, está por se fazer um estudo consistente da profunda afinidade entre eles.

Outro exemplo a marcar o contraste entre idolatria e pragmatismo ocorre no início de 1939. Em Porto Alegre, uma diretora de escola pede ao secretário de educação Coelho de Souza (*apud* p. 119) que se dê a esta instituição o nome “Machado de Assis”. Ele nega o pedido. Esse nome não convinha a escolas elementares, onde se modelam mentalidades em formação: “Só os homens já formados podem ler, sem perigo, esse fascinante inoculador de venenos sutis. E assim digo, porque fiz de Machado de Assis um autor de cabeceira”.

Duas semanas depois (13 de janeiro), um jornal local publica a reação de um grupo de intelectuais contra a decisão do secretário. E no dia 31 de janeiro o governo Vargas edita o decreto-lei 1.085 (*apud* p. 121), que declara em seu artigo primeiro: “O governo federal comemorará, no corrente ano, de modo condigno, o primeiro centenário do nascimento de Joaquim Maria Machado de Assis”.

Parece ao autor que o decreto-lei seria uma resposta ao despacho do secretário de Porto Alegre, dando assim, uma satisfação ao grupo de intelectuais. Mas, em pleno Estado Novo, o governo não era lá muito de dar satisfações. Considere-se igualmente que entre o desagravo e o decreto decorreram apenas 18 dias. Seria mais crível supor que a comemoração do centenário era já um evento previsto, que teria sido apenas antecipado.

Os críticos destacados desse período por Guimarães são Lucia Miguel Pereira, Augusto Meyer e Astrojildo Pereira, com uma justa menção a Alcides Maya (1912) e seu livro *Machado de Assis – algumas notas sobre o humour*.

O terceiro capítulo – “O Shakespeare brasileiro” – corresponde ao da internacionalização do escritor. O livro-símbolo que marca essa etapa é *The Brazilian Othello of Machado de Assis*, de Helen Caldwell (1960). Ele representou uma reviravolta na interpretação de *Dom Casmurro*. Leitores e críticos se punham ao lado de Bentinho, considerando que ele foi traído por sua mulher. Para ela, contudo, o narrador é parte interessada no caso. Suas razões, contaminadas que estão pelo ciúme, são infundadas. Não se pode confiar nelas.

A intervenção de Caldwell causou incômodo entre os críticos brasileiros. Parece ser uma espécie de síndrome universal essa prevenção contra os forâneos. Como se os nacionais detivessem o monopólio da interpretação. O mais afetado, demonstra Hélio Guimarães, foi Eugênio

Gomes. Estudioso das influências inglesas em Machado de Assis, deve ter se sentido roubado em suas prerrogativas. Sua reação faz “pensar quão doloroso deve ter sido ver explicitado por outrem algo que ficara velado para si” (p. 175).

No mesmo ano de 1960, Gomes (*apud* p. 172) reagiu ao livro de Caldwell com três artigos. Neles ponderava que algumas observações ali contidas já haviam sido apontadas pela crítica brasileira e que *Dom Casmurro* “deve tanto a Shakespeare quanto a Dickens”. Como prova, porém, de que certos melindres calam fundo na alma, nota-se que Eugênio Gomes ainda levou sete anos a remoer o ato interventor. Em 1967, ele publicou *O enigma de Capitu*. A ausência de qualquer menção à obra de Caldwell já é por si só reveladora. E a citação da peça é para marcar a diferença de personalidade entre os dois ciumentos: “Tímido, ciumento nato, mas acomodaticio, era moralmente a antítese de Otelo” (GOMES, 1967, p. 123).

Entretanto, para muito além de ferir vaidades, o significado mais relevante do *Otelo brasileiro de Machado de Assis* (existe edição em português)² é que esse livro assinalou o “ponto inaugural de uma linhagem de estudos importantes sobre Machado realizados por críticos estrangeiros fora do Brasil” (p. 200). O autor destaca os de Jean-Michel Massa, John Gledson e, mais recentemente, os de Abel Barros Baptista. Noto aqui a ausência do estadunidense Paul Dixon, coeditor de uma revista de estudos machadianos, com vários artigos e livros sobre o criador de Bentinho.

O quarto capítulo – “Em torno do autor realista” – é o ponto alto do livro. Desvela-se, num didatismo exemplar, a dimensão que a obra de Machado de Assis assumiu a partir das décadas de 1970 e 1980. A sua complexidade, acolhida e revelada por intelectuais de notável acuidade crítica, a fez ultrapassar o âmbito estritamente literário... Não, o que quero dizer é que a grande literatura, a despeito das próprias intenções de seu criador, tem o condão de extrapolar seus limites, confinando fronteiras ainda não exploradas pelo conhecimento atual... Não, muito especulativo. Deixemos a objetividade de Hélio Guimarães (p. 244) falar:

Ao longo do século XX se tornaram [os estudos machadianos] o campo crítico mais complexo e diverso em torno de um único autor, mobilizando questões de ordem literária, artística, cultural, social, antropológica, histórica, política, filosófica, psicológica, abrindo caminho e servindo de referência para estudos

² Cf.: CALDWELL, Helen. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis*. Trad. Fábio Fonseca de Melo. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2002.

futuros sobre outros autores e também oferecendo matéria de reflexão para as mais diversas áreas do conhecimento.

Esses intelectuais que convergiram para Machado de Assis a fim de divergirem sobre o sentido de sua obra foram e são principalmente Raymundo Faoro, John Gledson, Alfredo Bosi e Roberto Schwarz:

O estudo de Faoro pode ser considerado a reta de Euler por onde passam as leituras díspares de Roberto Schwarz, John Gledson e Alfredo Bosi, que a partir da década de 1980 catalisaram as discussões em torno da obra de Machado de Assis e reorientaram o debate sobre o autor e a obra. (p. 215)

“Estudo de Faoro”: *A pirâmide e o trapézio* (1974); “reta de Euler”: a linha, o traço comum unindo os pontos das leituras diferentes de Schwarz, Gledson e Bosi. Em síntese, o realismo na obra de Machado de Assis é a questão compartilhada por eles; a controvérsia é sobre a natureza desse realismo.

Antes de prosseguir, cabe assinalar que, no relato de Hélio Guimarães sobre a diversidade desses pontos de vista, ele deixa transparecer certas preferências. Pelo menos é o que deduzo desta citação: “Com visões bastante compreensivas da produção machadiana, Schwarz e Gledson aprofundaram, nas últimas décadas, o estudo das conexões entre a obra de Machado e os processos sociais e históricos do Brasil” (p. 217) – em que a expressão “bastante compreensivas” parece denotar um tom judicativo.

Ainda que minha dedução seja plausível, ela em nada abala a isenção de Hélio Guimarães. Impossível não tomar partido ante as instigações machadianas. Além da isenção, cabe ressaltar, repito, o didatismo e sobretudo a clareza com que apresenta as divergências. De tal modo que, mesmo os argumentos sempre cerrados de Schwarz se abrem ao entendimento. Por isso, na recensão dessa parte, que chamei o “ponto alto do livro”, toda palavra será dada a Hélio Guimarães, por mais extensa que seja.

Começo justamente por quem deu o pontapé inicial na discussão sobre o realismo em Machado: “Ele [Faoro] sugere que Machado não só teria uma visão crítica do processo histórico brasileiro, mas uma visão pessimista e de alguma maneira nostálgica em relação ao passado, tudo mediado pela arte” (p. 221).

Iniciada a partida, para continuar com a imagem futebolística, Schwarz, Gledson e Bosi não deixam a bola cair. Em plano elevado debatem os nexos entre a literatura de Machado e a realidade brasileira.

A diferença mais significativa é a que separa as opiniões de Schwarz e Bosi: entre um realismo determinado socialmente e um “realismo aberto”, respectivamente.

Roberto Schwarz instituiu um paradigma crítico que, por mais que se lhe façam reparos, tornou-se uma referência inevitável. Presença obrigatória nas bibliografias, é um clássico dos estudos machadianos. Evidência de que a faculdade de julgar é, em certa medida, também elaboração artística, ato de criação, ou, como prefere Hélio Guimarães, de intuição:

A partir da intuição de que a ironia machadiana continha uma visão crítica da sociedade brasileira e também desígnio político que Schwarz constrói o principal edifício interpretativo a sustentar o Machado realista, tendo como base os quatro primeiros romances e como paradigma interpretativo fundamental a caracterização do narrador Brás Cubas – cujas características serão posteriormente estendidas para a leitura do narrador de *Dom Casmurro*. (p. 228)

Já para Bosi, o

[...] realismo machadiano caminha em direção diversa [...]. Defende a noção de um *realismo aberto* que não decreta *a priori* a exclusão de qualquer aspecto do real.

Para Bosi, esse realismo aberto acomoda outras dimensões do real que não apenas a organização da sociedade em classes ou uma visão coerente e distanciada por parte do escritor, do processo político e social. O realismo aberto estaria relacionado ao olhar bastante oscilante dos narradores e do próprio autor, que não teria uma visão apriorística a respeito de nada, sendo impossível atribuir a ele uma posição ideológica precisa. Dessa maneira, o social seria apenas uma das dimensões do realismo machadiano. (p. 229)

Dissentem igualmente sobre o papel que desempenham os personagens:

Para Schwarz, o personagem será tanto melhor quanto melhor encarnar o tipo social em toda sua complexidade, imitando e revelando mecanismos de dominação presentes na sociedade. Para Bosi, o personagem será tanto melhor quanto mais se aproximar de uma pessoa, no que há nela de singular, inefável e indefinível. (p. 230)

Outra dissidência importante, agudamente percebida por Hélio, diz respeito aos prognósticos que a obra de Machado emite, às visões de mundo que ela projeta:

A denúncia devastadora que Schwarz e também em alguma medida Gledson identificam no texto machadiano parece subsumir uma ideia de superação do estado de coisas. Para Bosi, Machado foi um cético, que em nada acreditava e nada esperava, não vislumbrando qualquer superação ou redenção. (p. 242)

O desacordo diz respeito, então, a uma “superação do estado de coisas” ou a uma permanência do “estado de coisas”; a um efeito salvífico ou a um efeito ruinoso. E se Gledson acompanha Schwarz, seria lícito esperar, por suas opiniões, que Faoro seguisse Bosi.

O principal mérito de Gledson, consigna Hélio, consiste no trabalho extraordinário de escavação das crônicas de Machado de Assis. Não sei se serei injusto ao dizer que ele foi uma espécie de pioneiro no desbravamento dessa nova e promissora fronteira dos estudos machadianos. Gledson nos fez ver o valor desses textos, em geral pouco cotados no mercado das letras. Nas mãos de Machado, entretanto, eles valem por si mesmos. Só isso bastaria para apreciarmos sua importância, mas valem também como meio de conhecermos a poética e as ideias do escritor.

O arremate das opiniões dos três críticos é resumido num só parágrafo. Conquanto extenso, vale a pena transcrevê-lo. As diferenças entre os três são estabelecidas com irrepreensível nitidez:

Na crítica de Roberto Schwarz, postula-se um Machado de Assis politicamente esclarecido e crítico do processo sócio-histórico brasileiro, para lastrear a interpretação que enfatiza as contradições ideológicas na formação social brasileira, capazes de expor e denunciar os falseamentos produzidos pelo mundo burguês e pelo capitalismo. John Gledson constrói, por meio da leitura das crônicas, um Machado de Assis compenetrado da história brasileira e dos rumos políticos do país, a partir do qual deriva sua interpretação da obra machadiana como alegoria do processo histórico brasileiro, tratado desde a minúcia até a constituição de um painel completo, que compreende todo o Segundo Reinado. Alfredo Bosi, por sua vez, delineia um Machado de Assis compreensivo e compassivo, observador agudo de seu entorno, ao qual dá representação sem nenhum tipo de julgamento peremptório, o que confere à obra do escritor uma rara capacidade de apreensão da realidade em seus mais diferentes aspectos e dimensões, sem *parti pris* político ou ideológico definível. (p. 243)

De toda a polêmica são extraídas duas conclusões: “o que parece estar em jogo são concepções diferentes do sentido da literatura, como representação de uma realidade social palpável ou como tentativa de apreensão de uma realidade humana, no limite insondável” (p. 243); “Machado de Assis é capaz de suscitar, responder e acolher interpretações diversas e até opostas, indicando que, diante de um texto complexo, a

adoção de pressupostos variados implica resultados críticos diferentes” (p. 243).

Eis aí, estampada, a chancela da excelência: um escritor que propicia “interpretações diversas e até opostas”, que nos obriga a cogitar sobre o “sentido da literatura”. Um escritor assim nos faz ainda alimentar a tênue esperança de que a literatura ainda detém o atributo de ledora do mundo. Daí o acerto do título – “o escritor que nos lê”. No presente e desde sempre.

Desde, por exemplo, Álvaro Lins (1940, p. 2), o notável crítico impressionista, que escrevia em 1940: “Esta possibilidade de se deixar completar e prolongar representa, ela mesma, a grandeza da arte machadiana; e também o segredo da sua perpetuidade: haverá em todas as gerações, a ambição insatisfeita de prolongá-lo e completá-lo”. No presente, o romancista Bernardo Carvalho (2018, p. 2) aponta o que seria um dos “segredos” dessa perpetuidade: “Em Machado, o desejo desmascara a hipocrisia; o humano é excesso e contradição, um jogo de opostos em que a virtude só pode ser definida pelo vício”.

Espero ter sido convincente em apresentar as razões que o livro de Hélio Guimarães fornece de sobejo para explicar a vastidão e perenidade da fortuna crítica de Machado de Assis, para explicar a preeminência de sua arte. E, por isso mesmo, paradoxalmente, pelas imensas qualidades da obra de Hélio, esta acusa seus próprios limites. Destina-se também à incompletude. É fatal que outras “figuras machadianas” venham a ser desenhadas ao longo deste século. A diferença agora é que a galeria já está posta e organizada. Será mais um trabalho de acréscimo, de fixar os novos quadros nos espaços devidos.

A consciência me grita que não posso terminar esta resenha sem desfazer uma fraude, embora suspeitando que dificilmente seria descoberta. Na citação acima, de Bernardo Carvalho, ele na verdade não escreveu Machado, e sim, Proust. Transcrevo-a integralmente para que não haja dúvida: “Em Proust, o desejo desmascara a hipocrisia; o humano é excesso e contradição, um jogo de opostos em que a virtude só pode ser definida pelo vício.” ...

Mas, cá pra nós, faz diferença? Machado e Proust se irmanam ao confluírem para a grande literatura.

Abstract: This text is a review of the book *Machado de Assis, o escritor que nos lê*, by Hélio Guimarães. It aims to show the propriety with which the author organized the critical fortune of our greatest writer.

Keywords: Machado de Assis; Review; Critic.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Bernardo. Desejo e infantilização. *Folha de S. Paulo*, “Ilustríssima”, São Paulo, domingo, 18/2/2018, p. 2.

GOMES, Eugênio. *O enigma de Capitu*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

LINS, Álvaro. Machado de Assis, exercício literário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, sábado, 7/12/1940, p. 2.

MACHADO, Ubiratan. *Machado de Assis: roteiro da consagração*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.